



SEFAZ

Balanço Geral do Estado – Síntese **2010**



PROJETO – ARENA DA AMAZÔNIA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Omar José Abdel Aziz
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Isper Abraham Lima
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ
Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Omar José Abdel Aziz
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Isper Abraham Lima
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ
Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora

DEPARTAMENTO DE ENCARGOS GERAIS, DÍVIDA E HAVERES
Maria do Socorro da Silva Lima
Diretora

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Francisco Arnóbio Bezerra Mota
Diretor

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Jefferson de Oliveira Carlos
Gerente

GERÊNCIA DE INSPETORIA SETORIAL
Nícias Goreth Bastos Varjão
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE ECON. FISCAL
Jane Maria Mendonça Santana
Gerente

GERÊNCIA DE NORMAS E AVALIAÇÃO
DA EXECUÇÃO DA DESPESA
Aderson Silva e Costa
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE DE BALANÇO
Vera Alice da Silva Peres
Gerente



Equipe Técnica

Aline Santos e Moura	Luiz Paulo Wulf
Carlos Eduardo Ehl Dourado	Marcos André Pontes Cavalcanti
Clei Pereira Pantoja	Marcia Jeane M. de Oliveira
Clóvis Eduardo Pereira dos Santos	Rodolfo Pinto Bentes
Denis Moura de Oliveira Rocha	Rozendo Galdino da Silva Filho
Johm Carlos Martins Maciel	Solange Ribeiro de Andrade
João Soares de Oliveira	Sonia Maria e Silva Nogueira
Leonardo dos Santos do Rego Barros	Tânia Georgina Oliveira d'Oran
Lindalva Amorim Mourão	Valdênia Santos Martins de Pinho
Luiz Otávio da Silva	Wilma Ferreira Barros

Inspetores Setoriais

Adelaide Almeida Borges	Maria das Graças de Almeida Maquiné
Ana Paula Barbosa Cereja	Maria do Socorro do N. Ferreira
Célia Franco Cordeiro Magalhães	Maria de Nazaré Mota Campos
Dione Rodrigues da Rocha	Maria Vilani Dias de Almeida
Elizabeth de Lima Melo	Regina Jurema Bezerra
Francisco Raimundo R. Pacheco	Renan Azevedo de Queiroz
Gracy Lene Pereira Alves	Raimundo Ricardo Nogueira Lopes
Gilce Albano Jatahy	Sidney Reis Coelho
Lourdes Marina Gonçalves Cardoso	Suanisley Holanda de Oliveira

Colaborador

Antonio Benedito Cláudio Pereira



SUMÁRIO

RELATÓRIO

Introdução	06
1 Gestão Orçamentária	06
1.1 Receita Orçamentária	07
1.2 Despesa Orçamentária	08
1.3 Alterações Orçamentárias	09
2 Gestão da Execução da Receita	10
2.1 Receita Orçamentária	10
2.2 Receita Tributária	13
2.3 Transferências Correntes	16
2.4 Receitas de Capital	20
2.4.1 Operações de Créditos	21
2.4.2 Transferências de Capital	21
2.5 Renúncia Fiscal	23
3 Gestão da Execução da Despesa	23
3.1 Despesa Orçamentária	23
3.2 Execução da Despesa	26
3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	30
3.4 Repasse aos Poderes	31
4 Análise dos Balanços	32
4.1 Balanço Orçamentário	32
4.2 Balanço Financeiro	34
4.3 Balanço Patrimonial	35
4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial	36
4.4 Variações Patrimoniais	37
4.5 Depreciação do Imobilizado	37



5 Balanços das Empresas Públicas	38
6 Gestão da Dívida	39
6.1 Dívida Ativa	39
6.2 Dívida Pública	40
7 Gestão Fiscal	42
7.1 Gastos com Pessoal	42
7.2 Aplicação na Educação	44
7.3 Aplicação na Saúde	46
8 Considerações Finais	47
QUADROS	48
01 Demonstrativo da Receita Arrecadada Consolidada do Estado	
02 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos	
03 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Órgão	
04 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada	
05 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada	
06 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga	
07 Síntese do Balanço Patrimonial das Empresas Públicas	
ANEXOS	65
01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas	
10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	
12 Balanço Orçamentário	
13 Balanço Financeiro	
14 Balanço Patrimonial	
15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Interna	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Externa	
17 Demonstrativo da dívida Flutuante	



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2010

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2010, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, à Assembléia Legislativa.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVIII e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.422, de 07 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2010, e na Lei nº 3.473, de 29 de dezembro de 2009 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 8,297 bilhões, cabendo à Administração Direta o valor de R\$ 7,758 bilhões e à Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Fundos) R\$ 539 milhões, ficando do total da administração direta o valor de R\$ 187 milhões como reserva de contingência.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2010 foi de R\$ 8,297 bilhões, destacando-se as fontes receita tributária, com percentual de 51,65% e transferências correntes, com 27,21%, sem considerar as deduções para o FUNDEB³. Demonstramos na tabela 01 e gráfico 01 a classificação de cada receita.

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

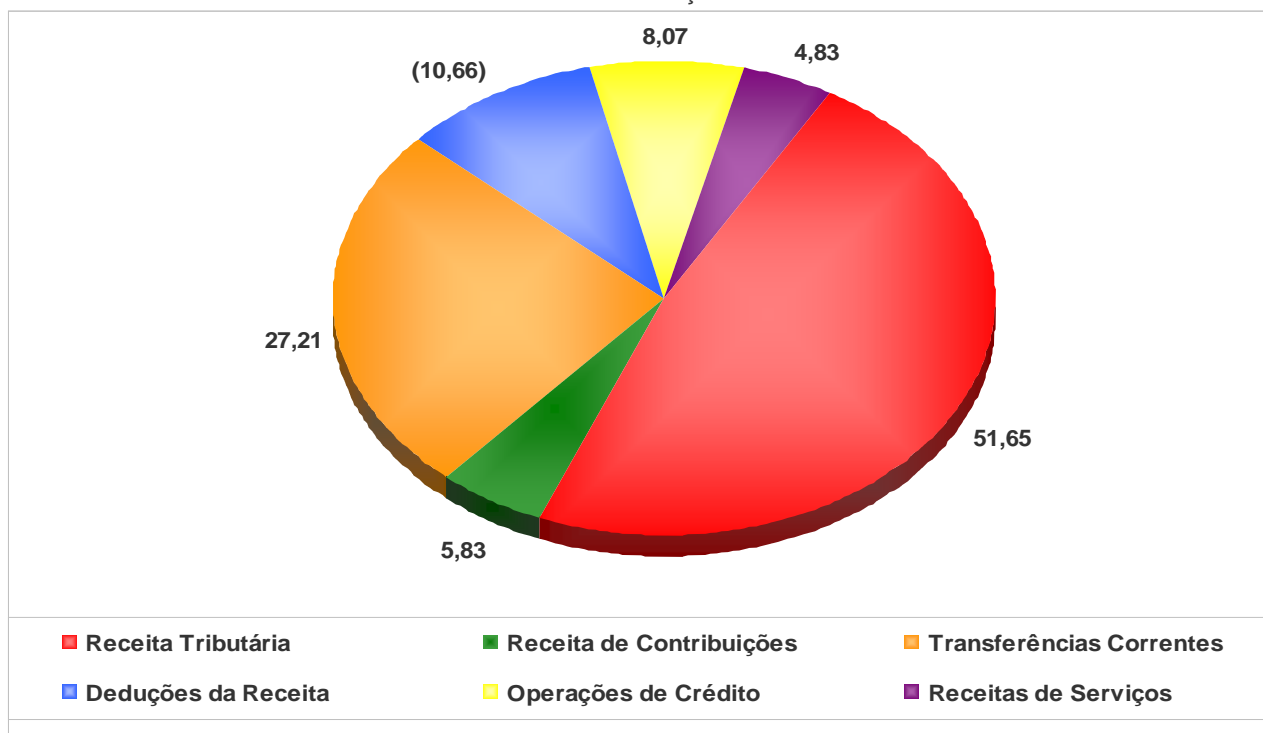
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA	PERC. %
RECEITAS CORRENTES	8.450.852.000,00	90,99
Receita Tributária	4.795.800.000,00	51,65
Receita de Contribuições	541.500.000,00	5,83
Receita Patrimonial	50.749.000,00	0,55
Receita Industrial	12.000.000,00	0,13
Receita de Serviços	448.236.074,00	4,83
Transferências Correntes	2.527.506.926,00	27,21
Outras Receitas Correntes	75.060.000,00	0,81
RECEITAS DE CAPITAL	836.604.000,00	9,01
Operações de Crédito	749.780.000,00	8,07
Alienação de Bens	1.000.000,00	0,01
Amortização de Empréstimos	200.000,00	0,00
Transferências de Capital	67.624.000,00	0,73
Outras Receitas de Capital	18.000.000,00	0,19
SUBTOTAL	9.287.456.000,00	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(990.290.000,00)	(10,66)
TOTAL	8.297.166.000,00	89,34

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

³ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007).



Gráfico 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



1.2 Despesa Orçamentária

Foram fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.473, de 29 de dezembro de 2009 – LOA. Demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas para o exercício de 2010 no valor de R\$ 8,297 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

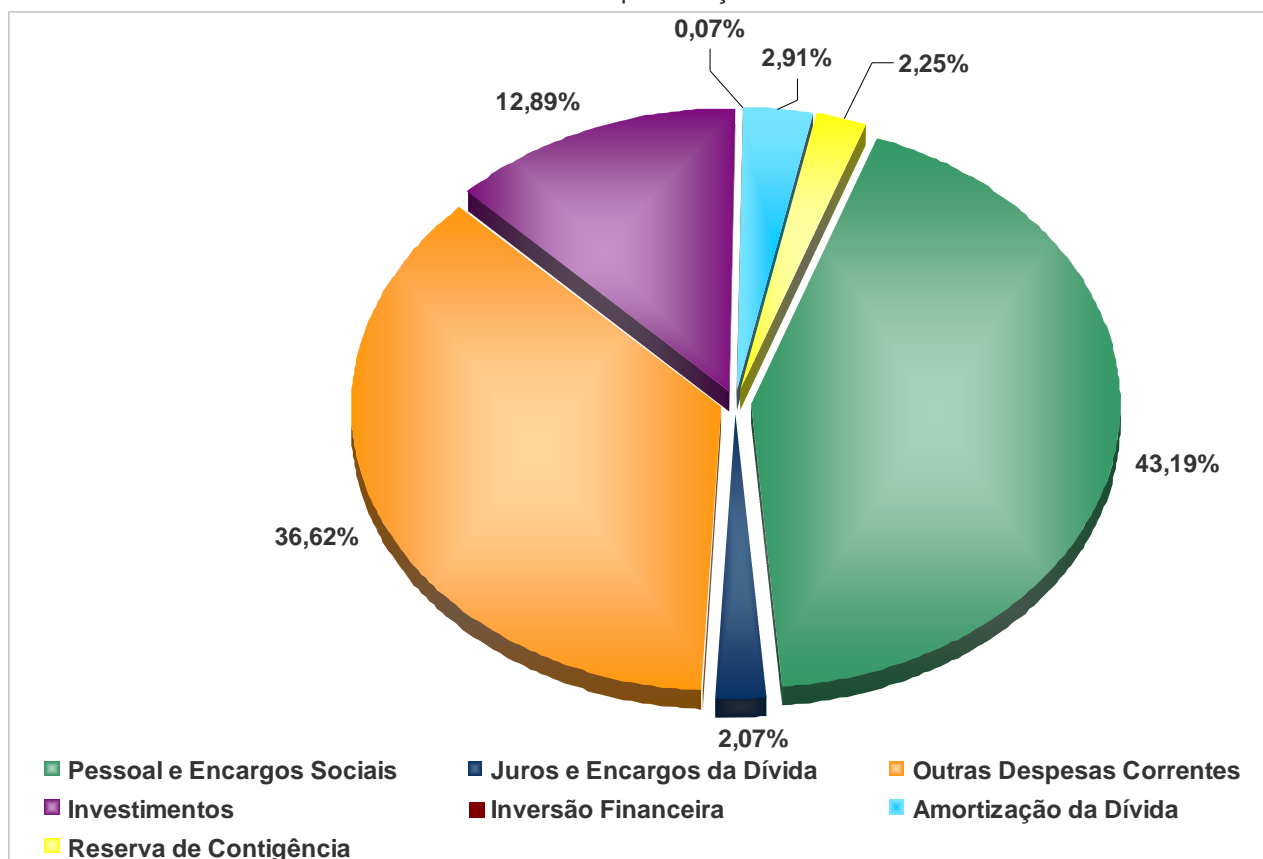
Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PERC. %
DESPESAS CORRENTES	6.794.009.000,00	81,88
Pessoal e Encargos Sociais	3.583.280.000,00	43,19
Juros e Encargos da Dívida	171.900.000,00	2,07
Outras Despesas Correntes	3.038.829.000,00	36,62
DESPESAS DE CAPITAL	1.316.247.000,00	15,87
Investimentos	1.068.578.000,00	12,89
Inversões Financeiras	6.169.000,00	0,07
Amortização da Dívida	241.500.000,00	2,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	186.910.000,00	2,25
TOTAL DA DESPESA	8.297.166.000,00	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada



1.3 Alterações Orçamentárias

Com base no Art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, o governo realizou alterações no orçamento inicial, o qual foi acrescido de 26,63%, portanto, abaixo do percentual de 40% estabelecido na legislação, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$
1. ORÇAMENTO INICIAL	8.297.166.000,00	
2. Créditos Adicionais	6.551.294.432,99	
2.1 Suplementares	6.549.354.045,56	
2.2 Especiais	1.940.387,43	
3. Créditos Anulados	4.341.789.184,65	
3.1 Orçamentários e Suplementares	4.341.789.184,65	
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	10.506.671.248,34	
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	26,63	

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

2.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2010, com arrecadação total de R\$ 9,691 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 16,80% ou R\$ 1,394 bilhões, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 144 milhões.

Tabela 04
Demonstrativo da Execução da Receita

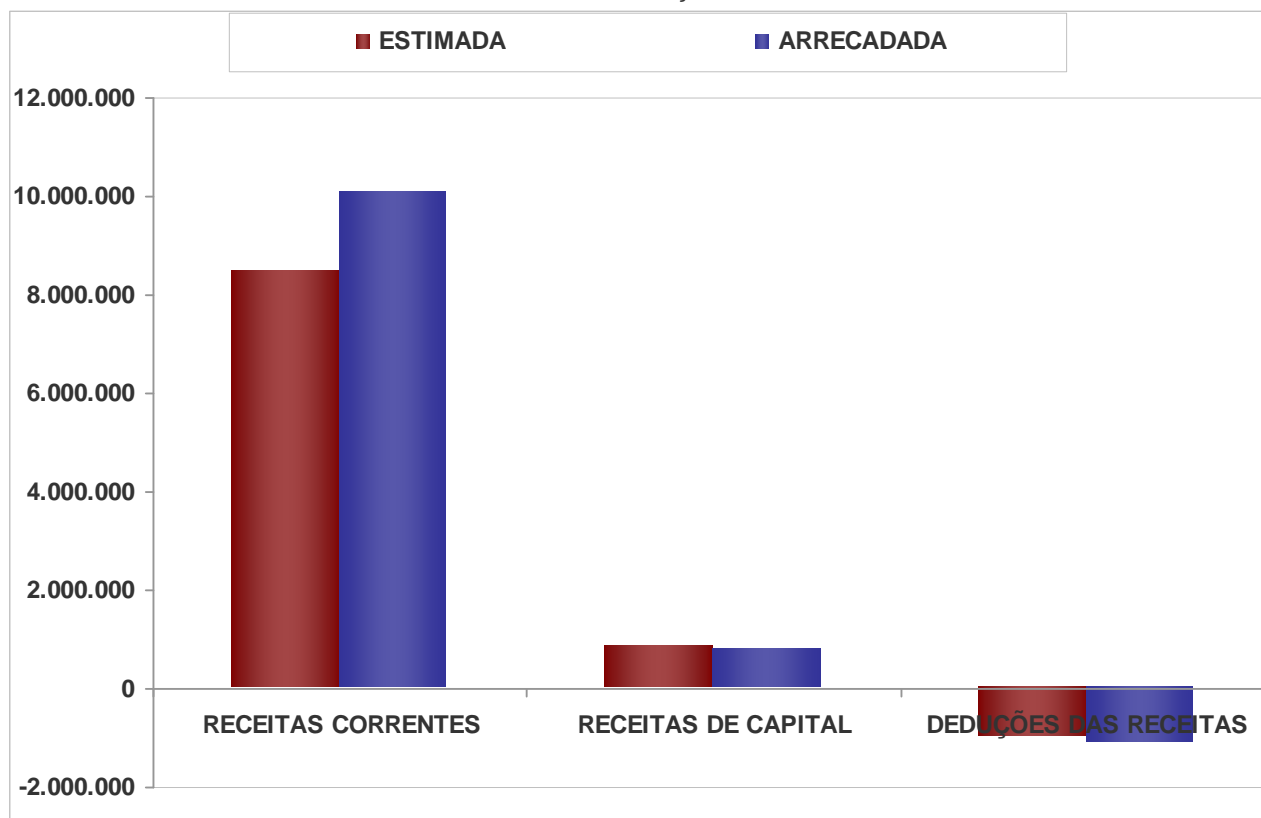
R\$

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	8.450.852.000,00	10.066.126.581,66	1.615.274.581,66	119,11	92,99
Tributária	4.795.800.000,00	5.961.007.797,27	1.165.207.797,27	124,30	59,22
De Contribuições	541.500.000,00	649.742.729,89	108.242.729,89	119,99	6,45
Patrimonial	50.749.000,00	65.667.126,80	14.918.126,80	129,40	0,65
Industrial	12.000.000,00	13.977.986,76	1.977.986,76	116,48	0,14
De Serviços	448.236.074,00	421.304.030,39	-26.932.043,61	93,99	4,19
Transferências Correntes	2.527.506.926,00	2.832.216.771,05	304.709.845,05	112,06	28,14
Outras Transferências Correntes	75.060.000,00	122.210.139,50	47.150.139,50	162,82	1,21
RECEITAS DE CAPITAL	836.604.000,00	759.352.827,82	-77.251.172,18	90,77	7,01
Operações de Crédito	749.780.000,00	514.905.048,32	-234.874.951,68	68,67	67,81
Alienações de Bens	1.000.000,00	252.700,00	-747.300,00	0,00	0,03
Amortização de Empréstimos	200.000,00	396.198,04	196.198,04	198,10	0,05
Transferência de Capital	67.624.000,00	221.733.753,31	154.109.753,31	327,89	29,20
Outras Receitas de Capital	18.000.000,00	22.065.128,15	4.065.128,15	122,58	2,91
SUBTOTAL	9.287.456.000,00	10.825.479.409,48	1.538.023.409,48	116,56	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(990.290.000,00)	(1.134.330.090,72)	(144.040.090,72)	114,55	(10,48)
TOTAL	8.297.166.000,00	9.691.149.318,76	1.393.983.318,76	116,80	89,52

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 03
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$ Mil



No Quadro 01, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2010, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2006 a 2010, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2010 apresentou uma variação nominal positiva de 67,66% ante 2006, e de 14,50% em relação a 2009. Apresentando, portanto, uma variação média nominal de 2010 em relação aos últimos quatro anos de 37,67%, o que coloca o Estado do Amazonas entre os Estados de maior crescimento econômico do Brasil no período.



Tabela 05
Evolução da Receita – 2006 a 2010

R\$ Mil

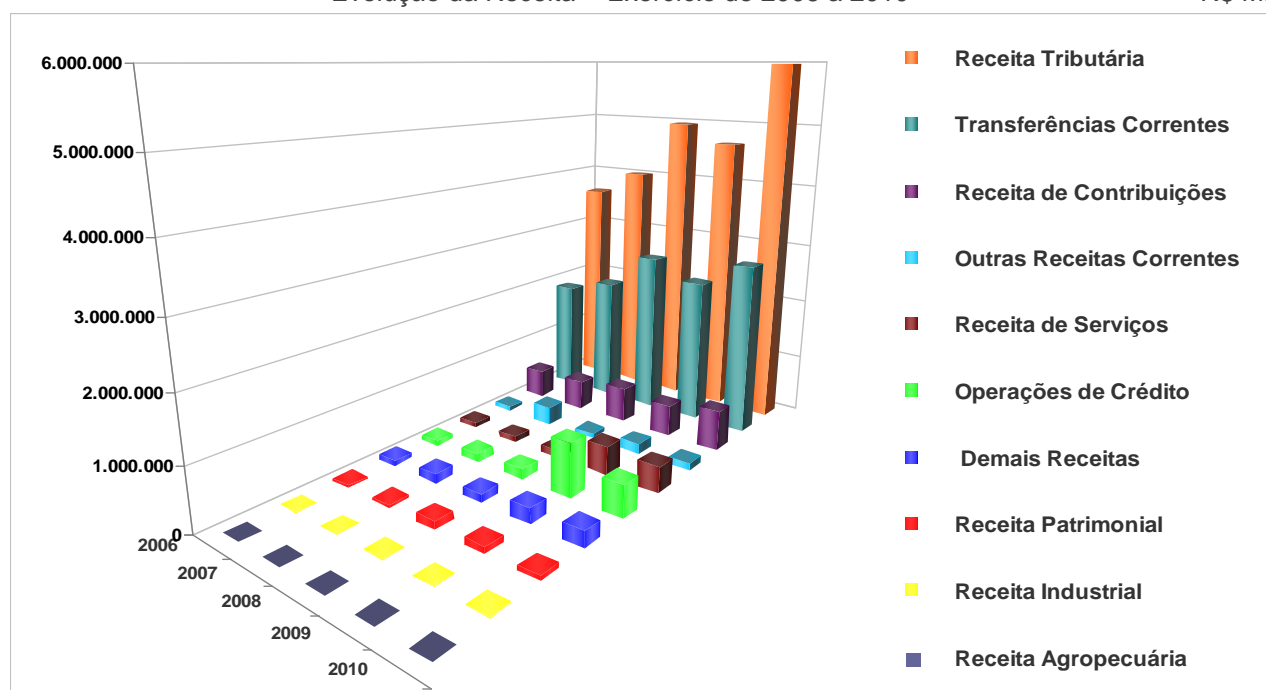
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2006	2010/2009
RECEITAS CORRENTES	6.137.517	7.036.716	8.567.719	8.302.362	10.066.127	64,01	21,24
Receita Tributária	3.596.389	3.991.536	4.952.961	4.642.085	5.961.008	65,75	28,41
Receita de Contribuições	468.020	492.207	584.323	518.149	649.743	38,83	25,40
Receita Patrimonial	39.989	50.429	124.407	103.848	65.667	64,21	(36,77)
Receita Agropecuária	11	1	0	0	0	-	-
Receita Industrial	9.467	10.340	12.021	12.099	13.978	47,65	15,53
Receita de Serviços	78.116	91.178	114.083	459.564	421.304	439,33	(8,33)
Transferências Correntes	1.872.245	2.094.767	2.692.532	2.401.559	2.832.217	51,27	17,93
Outras Receitas Correntes	73.280	306.259	87.393	165.058	122.210	66,77	(25,96)
RECEITAS DE CAPITAL	169.387	209.199	315.102	1.096.761	759.353	348,29	(30,76)
Operações de Crédito	86.097	131.178	170.631	855.436	514.905	498,05	(39,81)
Alienação de Bens	183	1.198	1.773	25.343	253	38,09	(99,00)
Amortização de Empréstimos	925	490	394	402	396	(57,17)	(1,52)
Transferência de Capital	60.723	56.820	116.905	195.786	221.734	265,16	13,25
Outras Receitas de Capital	21.459	19.514	25.400	19.794	22.065	2,82	11,47
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(526.778)	(661.918)	(896.130)	(934.964)	(1.134.330)	115,33	21,32
TOTAL	5.780.126	6.583.997	7.986.691	8.464.160	9.691.149	67,66	14,50

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios

Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2006 a 2010

R\$ Mil





2.2 Receita Tributária

No Amazonas, as receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 5,961 bilhões no exercício de 2010, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 1,319 bilhão em relação a 2009 ou 28,41%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 93,05% do total.

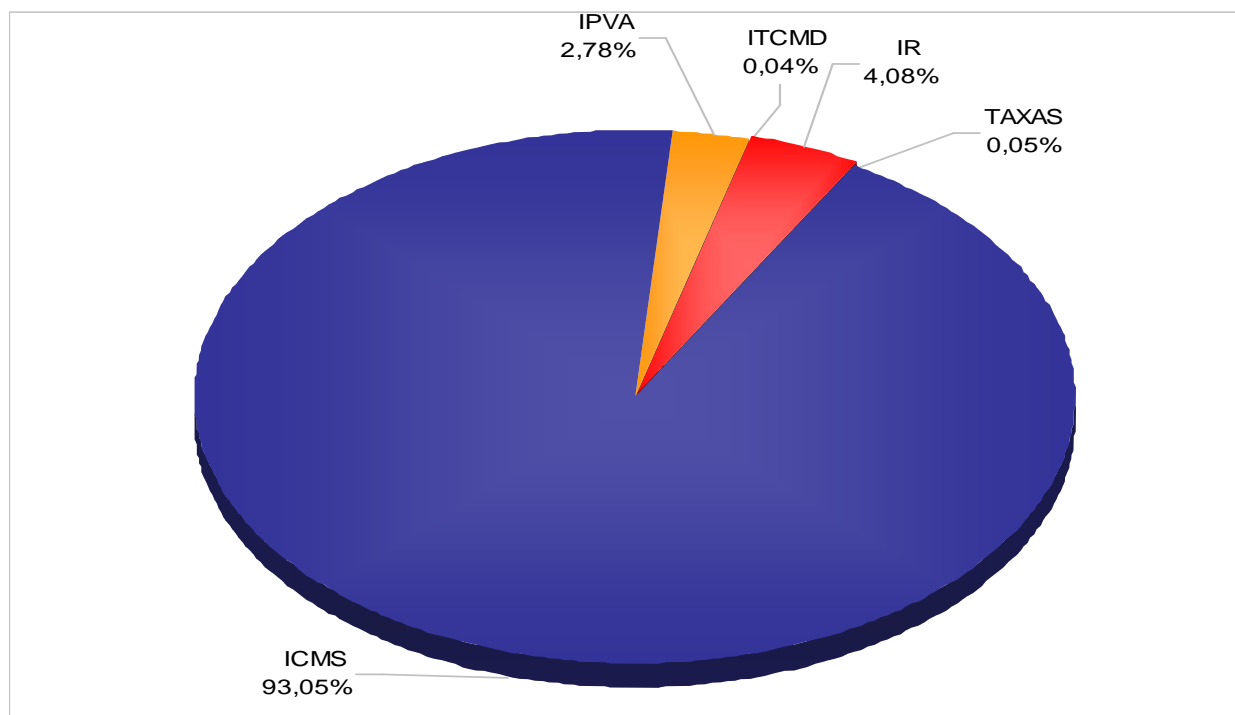
Tabela 06
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%	
	2009	2010	PART.	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	4.639.507.110,22	5.958.293.064,72	99,95	28,43
IR Retido na Fonte	214.528.124,57	243.476.284,92	4,08	13,49
ICMS	4.290.008.251,40	5.546.716.728,56	93,05	29,29
IPVA	132.849.446,86	165.464.080,21	2,78	24,55
ITCMD	2.121.287,39	2.635.971,03	0,04	24,26
TAXAS	2.577.576,77	2.714.732,55	0,05	5,32
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	4.642.084.686,99	5.961.007.797,27	100,00	28,41

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2010



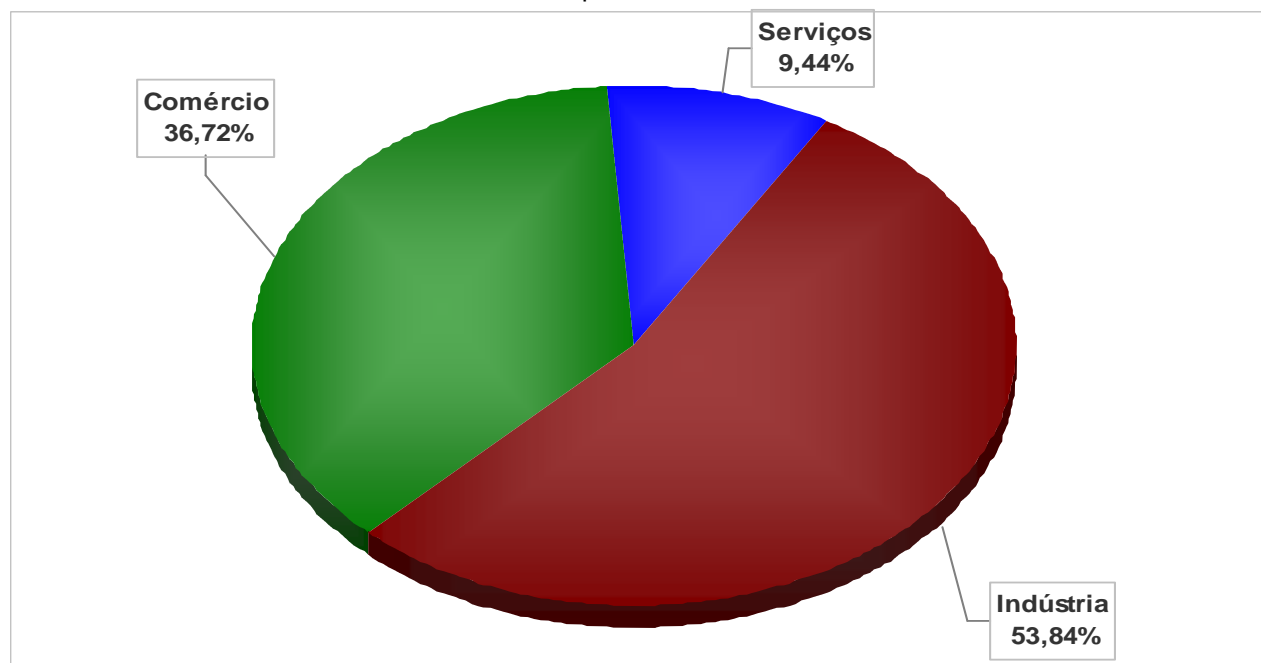
Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, que demonstra uma variação nominal comparado ao exercício de 2009 de 29,29% ou R\$ 1,257 bilhão, face a recuperação da economia não só do nosso estado, mas de todo o país. Sendo o setor industrial, basicamente referente ao pólo industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 2,986 bilhões ou 53,84% e com acréscimo nominal ante 2009 de 38,90% ou R\$ 836 milhões.

Tabela 07
Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico R\$ 1,00

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2009	2010		
Indústria	2.150.117.901	2.986.490.014	53,84	38,90
Comércio	1.656.271.863	2.036.483.364	36,72	22,96
Serviço	483.618.487	523.743.351	9,44	8,30
RECEITA DE ICMS	4.290.008.251	5.546.716.729	100,00	29,29

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2010



Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2006 a 2010, que apresentou uma variação nominal de 65,75% ante 2006 e de 28,41 % em relação a 2009.



Na arrecadação do IPVA de 2010, o acréscimo nominal comparado a 2009 foi de R\$ 33 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 24,55%, e em relação a 2006, o crescimento nominal foi de R\$ 78 milhões, representando uma variação de 90,23%. Estes acréscimos devem-se principalmente as medidas adotadas pelo Estado em função do reflexo positivo na comercialização de veículos novos.

Tabela 08
Evolução da Receita Tributária

R\$ Mil

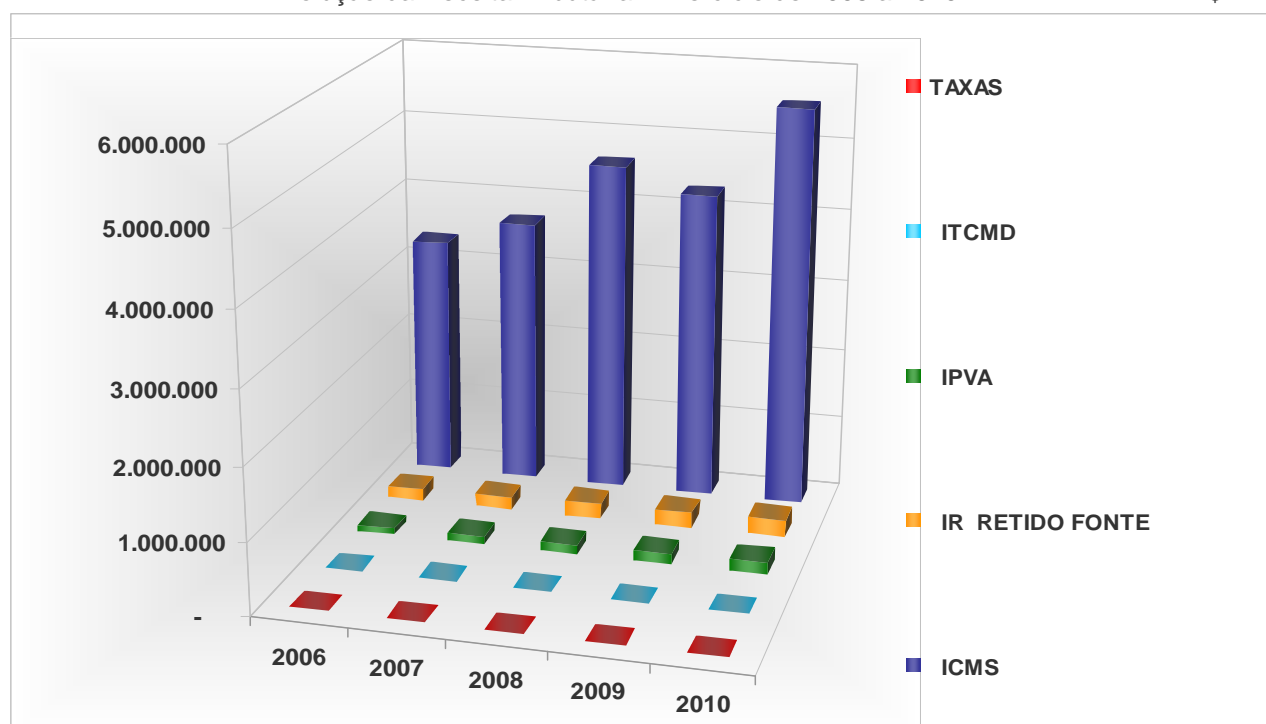
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					PART. %	VAR. %	
	2006	2007	2008	2009	2010		2010/2006	2010/2009
IMPOSTOS	3.593.926	3.988.733	4.950.428	4.639.507	5.958.293	99,95	65,79	28,43
IR RETIDO FONTE	157.542	172.967	212.245	214.528	243.476	4,08	54,55	13,49
ITCMD	727	1.772	4.065	2.121	2.636	0,04	262,64	24,26
IPVA	86.980	109.344	126.636	132.849	165.464	2,78	90,23	24,55
ICMS	3.348.677	3.704.650	4.607.483	4.290.008	5.546.717	93,05	65,64	29,29
TAXAS	2.463	2.803	2.533	2.578	2.715	0,05	10,22	5,32
REC. TRIBUTÁRIAS	3.596.389	3.991.536	4.952.961	4.642.085	5.961.008	100,00	65,75	28,41

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e FUNDEB

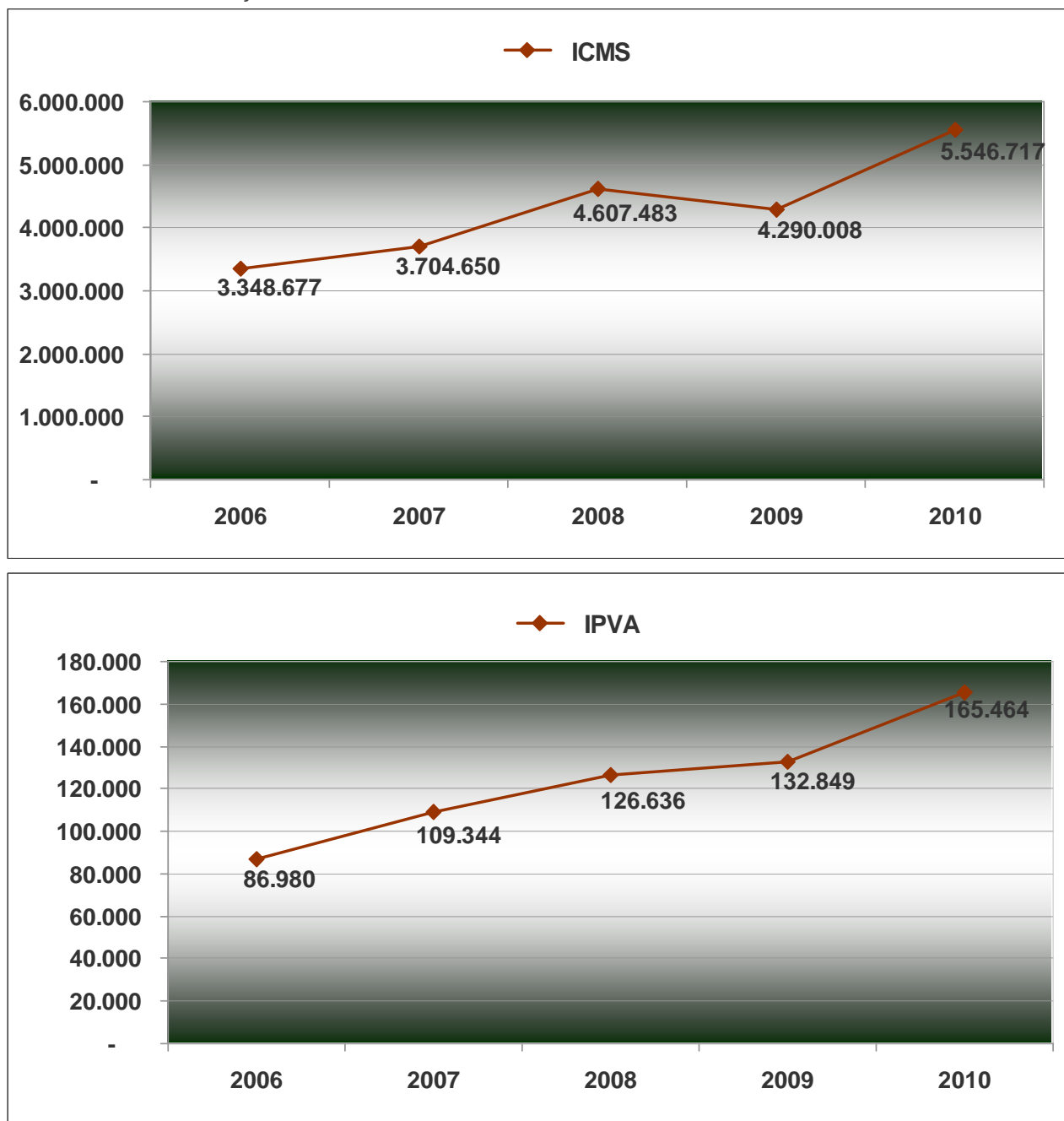
Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2006 a 2010

R\$ Mil



No gráfico 08, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2006 a 2010, em valores correntes.

Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS e IPVA - Exercício de 2006 a 2010 R\$ Mil



2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2010 foi de R\$ 2,832 bilhões, que comparando com 2009 houve um aumento de R\$ 430 milhões, ou 17,93%, demonstrado na tabela 09.



A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 48,07% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 98 milhões, equivalente a 7,78% ante 2009.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 29,44% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 208 milhões, ou seja, 33,25% ante 2009, basicamente em função dos investimentos feitos na área de educação pelo Estado, na construção de novas escolas e conseqüentemente na matrícula de maior número de alunos, refletindo no retorno do FUNDEB para o Estado.

Tabela 09
Transferências Correntes

R\$

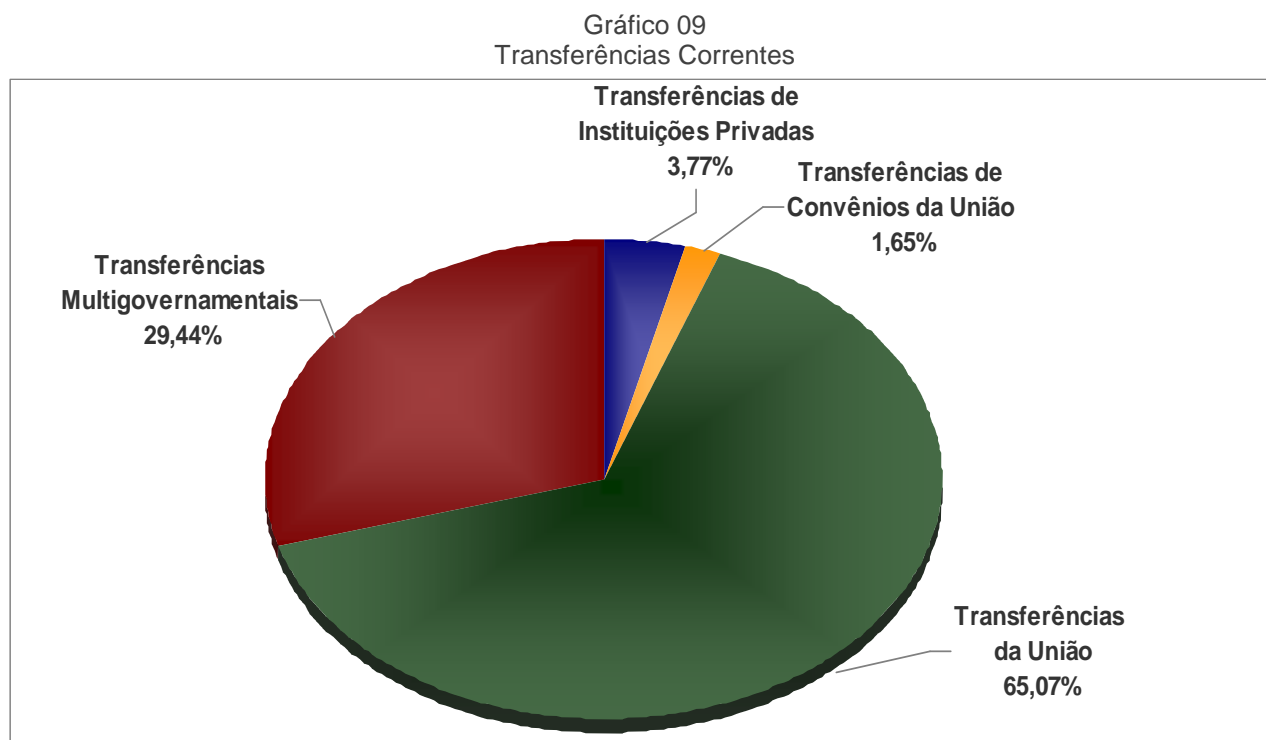
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2009	2010	PART.	VARIAÇÃO
Transferências da União	1.612.568.264,57	1.842.653.449,70	65,07	14,27
Cota-parte do F.P.E.	1.262.879.628,79	1.361.160.488,89	48,07	7,78
Cota-parte do I.P.I.	34.065.367,71	39.735.384,16	1,40	16,64
Cota-parte da CIDE	15.926.766,44	30.068.831,76	1,06	88,79
Transf. Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740.245,00	14.740.245,00	0,52	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	146.406.558,37	168.972.391,49	5,97	15,41
Transferências de Recursos do SUS	35.431.884,44	41.387.433,93	1,46	16,81
Transferências de Recursos do FNDE	58.791.034,08	116.872.063,73	4,13	98,79
Transferências de Recursos do FNAS	781.398,90	254.353,00	0,01	(67,45)
Outras Transf. da União	43.545.380,84	69.462.257,74	2,45	59,52
Transferências Multigovernamentais	625.787.757,15	833.870.584,90	29,44	33,25
Transferências de Instituições Privadas	89.620.880,97	106.702.367,62	3,77	19,06
Transferências do Exterior	59.949,79	261.251,05	0,01	335,78
Transferências de Convênios da União	72.663.048,76	46.623.296,57	1,65	(35,84)
Transf. de Convênios dos Municípios	0,00	51.361,10	0,00	-
Transf. de Convênios de Inst. Privadas	859.437,74	2.054.460,11	0,07	139,05
TOTAL	2.401.559.338,98	2.832.216.771,05	100,00	17,93

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 65,07%, com uma variação nominal positiva ante 2009 de R\$ 230 milhões ou 14,27%.

No gráfico 09 apresentamos as participações das quatro principais transferências.



Na tabela 10 demonstramos as Transferências da União e suas Entidades, no exercício de 2010, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 47 milhões. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 12 milhões ou 25,47%, da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, com R\$ 5 milhões ou 11,04% e da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com valor de R\$ 4 milhões ou 9,35%.

Tabela 10
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

	R\$	
ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	11.874.604,42	25,47
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	5.148.398,67	11,04
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	4.357.739,26	9,35
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	4.043.388,74	8,67
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	3.523.613,28	7,56
Universidade do Estado do Amazonas UEA	3.349.252,19	7,18
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	2.567.891,60	5,51
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	1.791.490,90	3,84
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania - SETRAB	1.697.944,57	3,64
Secretaria Exec. Conselho Desenv. Sustent. Reg. Metropolitana - SERMM	1.536.632,41	3,30
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	1.419.713,92	3,05
Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Pub Mov. Sociais - SEARP	1.393.468,97	2,99
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	947.082,71	2,03
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	658.988,73	1,41
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	427.459,77	0,92
Fundo Estadual de Saúde - FES	333.430,69	0,72
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	316.043,30	0,68
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	313.435,85	0,67
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	202.835,07	0,44
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	192.306,03	0,41
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	148.957,10	0,32
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	112.332,38	0,24
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	92.098,63	0,20
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	44.354,58	0,10
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	43.801,13	0,09
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata - FUAM	42.157,35	0,09
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	25.152,18	0,05
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	14.951,05	0,03
Defensoria Pública do Estado - DPE	3.771,09	0,01
TOTAL	46.623.296,57	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS receberam R\$ 2 Milhões e 22 mil respectivamente, de transferências de Instituições Privadas, em 2010, para execução de Convênio, os quais somados aos convênios da união, totalizaram R\$ 49 milhões.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizou R\$ 759 milhões e apresentou déficit de 30,76% em relação a 2009.

No exercício de 2010, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 515 milhões, com participação de 67,81% do total das receitas de capital.

As Transferências de Capital são constituídas dos convênios recebidos da União e suas entidades e de Instituições Privadas, ficando com participação de 29,20% do total das receitas de capital, e variação nominal de 13,25%, ante 2009, ou R\$ 26 milhões.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, representando 2,91% do total das receitas de capital.

Tabela 11
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2009	2010	PART.	VARIAÇÃO
Operações de Crédito	855.435.827,57	514.905.048,32	67,82	(39,81)
Alienação de Bens Móveis	25.343.255,80	252.700,00	0,03	(99,00)
Amortização de Empréstimos	402.296,86	396.198,04	0,04	(1,52)
Transferências de Capital	195.785.813,03	221.733.753,31	29,20	13,25
Outras Receitas de Capital	19.794.278,77	22.065.128,15	2,91	11,47
TOTAL	1.096.761.472,03	759.352.827,82	100,00	(30,76)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 12 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2010, que totalizaram R\$ 515 milhões, sendo R\$ 350 milhões de operações internas, através da Caixa Econômica Federal - CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e R\$ 165 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Tabela 12
Demonstrativo das Operações de Créditos

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	PART. %
INTERNA		349.503.939,59	67,88
Pró-Saneamento	CEF	20.051.413,45	5,74
Abastecimento de Águas de Manaus	CEF	101.311.102,87	28,98
Pro-Moradia	CEF	14.566.866,76	4,17
Ponte Manaus Iranduba	BNDES	213.574.556,41	61,11
EXTERNA		165.401.108,83	32,12
PROSAMIM	BID	157.256.928,19	95,08
Zona Franca Verde	BIRD	8.144.180,64	4,92
TOTAL		514.905.048,42	100,00

2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 13 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2010, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 218 milhões. Destacamos a participação da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINF, que recebeu R\$ 145 milhões, ou 66,59%, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, com R\$ 20 milhões, ou 9,26% e a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, com R\$ 16 milhões ou 7,20% .



Tabela 13
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINF	145.269.477,15	66,59
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	20.205.793,59	9,26
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	15.712.333,62	7,20
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	8.720.815,49	4,00
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	7.474.305,57	3,43
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	6.802.631,41	3,12
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	4.038.437,74	1,85
Fundo Estadual de Saúde - FES	2.474.539,13	1,13
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol. Sustentável - SDS	1.654.841,15	0,76
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	1.602.821,55	0,73
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	1.321.456,66	0,61
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	993.766,57	0,46
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	557.758,09	0,26
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	511.712,00	0,23
Secretaria de Estado de Artic. de Pol Pub aos Mov. Sociais - SEARP	372.600,00	0,17
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	246.415,97	0,11
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	181.797,68	0,08
Centro de Educação Tecnológica do Estado do Amazonas - CETAM	13.000,00	0,01
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	2.805,30	0,00
Defensoria Pública do Estado - DPE	2.274,86	0,00
Fundação de Medicina Tropical - FMT-AM	927,60	0,00
Secretaria Executiva Adjunta - SEXAD	438,58	0,00
TOTAL	218.160.949,71	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Transito – DETRAN recebeu R\$ 412 mil de transferências de Instituições Privadas para execução de convênios, os quais somados aos convênios da união totalizam as transferências de convênio de capital.



2.5 Renúncia Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e Leis nº 2.826, de 29/09/2003, nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996 que instituem a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus - ZFM, a renúncia fiscal totalizou, em 2010, R\$ 3,398 bilhões, conforme demonstramos na tabela 14 a seguir.

Tabela 14
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826, de 29/09/2003	3.326.083.166,33	97,89
Leis nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996	71.539.575,90	2,11
TOTAL	3.397.622.742,23	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM, representa, em termos de recursos fiscais, 37,99% em relação à arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de R\$ 5,547 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 3,398 bilhões, totalizando R\$ 8,944 bilhões, significa que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,38 .

3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 15, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 10,507 bilhões, alterada em 2,209 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 26,63% do total fixado inicialmente, abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 40%.



Tabela 15
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica R\$

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART %
DESPESAS CORRENTES	6.794.009.000,00	1.199.516.233,67	7.993.525.233,67	76,08
Pessoal e Encargos Sociais	3.583.280.000,00	148.132.382,60	3.731.412.382,60	46,68
Juros e Encargos da Dívida	171.900.000,00	3.993.072,65	175.893.072,65	2,20
Outras Despesas Correntes	3.038.829.000,00	1.047.390.778,42	4.086.219.778,42	51,12
DESPESAS DE CAPITAL	1.316.247.000,00	1.188.841.725,27	2.505.088.725,27	23,84
Investimentos	1.068.578.000,00	1.091.141.905,07	2.159.719.905,07	86,21
Inversões Financeiras	6.169.000,00	119.867.600,45	126.036.600,45	5,03
Amortizações da Dívida	241.500.000,00	(22.167.780,25)	219.332.219,75	8,76
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	186.910.000,00	(178.852.710,60)	8.057.289,40	0,08
TOTAL GERAL	8.297.166.000,00	2.209.505.248,34	10.506.671.248,34	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 16, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas no exercício, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se as funções que mais receberam aporte de recursos, Encargos Especiais com R\$ 392 milhões, em função, basicamente, do excesso de arrecadação que resultou em mais repasses aos municípios, Educação com R\$ 373 milhões, em função também da maior arrecadação dos impostos que servem de base para aplicação dos recursos, Urbanismo com R\$ 378 milhões, Saúde com R\$ 279 milhões e Saneamento com R\$ 201 milhões.



Tabela 16
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	230.161.000,00	54.017.494,38	284.178.494,38	2,70
2	Judiciária	263.483.000,00	65.931.507,40	329.414.507,40	3,14
3	Essencial à Justiça	135.705.000,00	15.658.226,78	151.363.226,78	1,44
4	Administração	634.332.166,00	(97.239.766,35)	537.092.399,65	5,11
6	Segurança Pública	607.131.000,00	124.675.842,22	731.806.842,22	6,97
8	Assistência Social	89.092.000,00	46.066.971,03	135.158.971,03	1,29
9	Previdência Social	297.524.800,00	69.362.163,41	366.886.963,41	3,49
10	Saúde	1.490.378.000,00	279.749.194,93	1.770.127.194,93	16,85
11	Trabalho	8.811.000,00	4.210.425,23	13.021.425,23	0,12
12	Educação	1.171.444.000,00	373.937.061,67	1.545.381.061,67	14,71
13	Cultura	72.663.000,00	47.487.854,73	120.150.854,73	1,14
14	Direitos da Cidadania	124.769.000,00	46.172.748,67	170.941.748,67	1,63
15	Urbanismo	436.832.875,00	378.033.782,68	814.866.657,68	7,76
16	Habitação	117.323.000,00	56.972.304,35	174.295.304,35	1,66
17	Saneamento	171.532.018,00	200.632.267,84	372.164.285,84	3,54
18	Gestão Ambiental	32.127.640,00	34.355.623,28	66.483.263,28	0,63
19	Ciência e Tecnologia	72.103.000,00	140.045,49	72.243.045,49	0,69
20	Agricultura	74.598.000,00	60.970.774,86	135.568.774,86	1,29
21	Organização Agrária	14.925.030,00	22.751.814,92	37.676.844,92	0,36
22	Indústria	1.000,00	(1.000,00)	0,00	0,00
23	Comércio e Serviços	21.844.000,00	10.651.004,19	32.495.004,19	0,31
24	Comunicações	49.016.000,00	13.687.101,96	62.703.101,96	0,60
25	Energia	161.193,00	471.217,00	632.410,00	0,01
26	Transporte	106.542.278,00	142.902.195,31	249.444.473,31	2,37
27	Desporto e Lazer	151.874.799,00	44.675.914,30	196.550.713,30	1,87
28	Encargos Especiais	1.735.881.201,00	392.085.188,66	2.127.966.389,66	20,25
99	Reserva de Contingência	186.910.000,00	(178.852.710,60)	8.057.289,40	0,08
TOTAL GERAL		8.297.166.000,00	2.209.505.248,34	10.506.671.248,34	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2010 totalizou R\$ 9,751 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 756 milhões, representando 7,20% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela 17
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$

TÍTULOS	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
DESPESAS CORRENTES	7.993.525.233,67	7.778.802.887,27	2,69
Pessoal e Encargos Sociais	3.731.412.382,60	3.717.563.655,77	0,37
Juros e Encargos da Dívida	175.893.072,65	154.811.368,18	11,99
Outras Despesas Correntes	4.086.219.778,42	3.906.427.863,32	4,40
DESPESAS DE CAPITAL	2.505.088.725,27	1.971.883.758,50	21,28
Investimentos	2.159.719.905,07	1.696.249.385,75	21,46
Inversões Financeiras	126.036.600,45	113.064.734,18	10,29
Amortização da Dívida	219.332.219,75	162.569.638,57	25,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.057.289,40	0,00	100,00
TOTAL	10.506.671.248,34	9.750.686.645,77	7,20

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

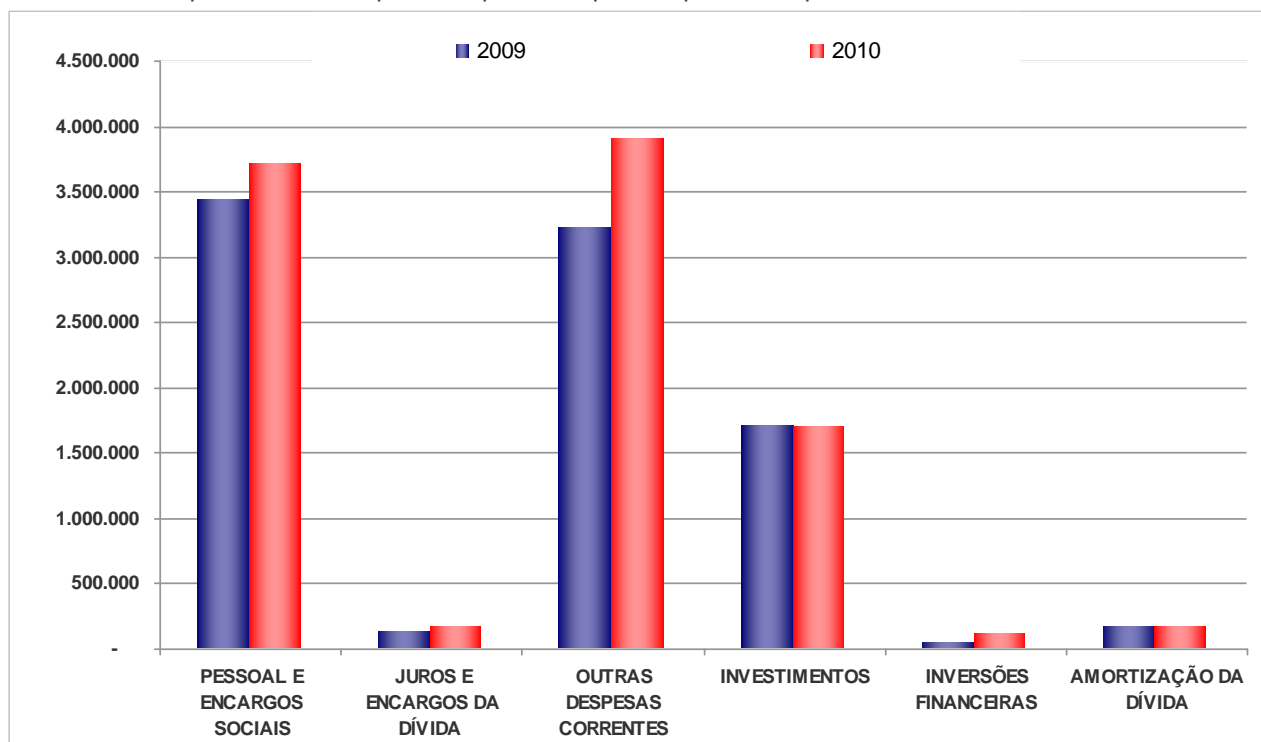
A tabela 18 e o gráfico 10 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2010 com 2009, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 1,064 bilhão o que corresponde a 12,24%, sendo R\$ 994 milhões ou 14,64% em despesas correntes e 70 milhões ou 3,68% em despesas de capital.

Tabela 18
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica R\$

ESPECIFICAÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	6.785.162.971,65	78,11	7.778.802.887,27	79,78	14,64
Pessoal E Encargos Sociais	3.438.629.249,52	50,68	3.717.563.655,77	47,79	8,11
Juros e Encargos da Dívida	119.389.294,04	1,76	154.811.368,18	1,99	29,67
Outras Despesas Correntes	3.227.144.428,09	47,56	3.906.427.863,32	50,22	21,05
DESPESAS DE CAPITAL	1.901.807.092,60	21,89	1.971.883.758,50	20,22	3,68
Investimentos	1.703.007.437,40	89,55	1.696.249.385,75	86,02	(0,40)
Inversões Financeiras	43.115.563,74	2,27	113.064.734,18	5,73	162,24
Amortização da Dívida	155.684.091,46	8,19	162.569.638,57	8,24	4,42
TOTAL	8.686.970.064,25	100	9.750.686.645,77	100,00	12,24

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 10
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2009 e 2010 R\$ Mil



Destacamos, ainda, os investimentos do governo que representaram 86,02% da despesa empenha de capital. Na tabela 19 demonstramos a participação das fontes nos investimentos, onde observamos que as maiores participações foram das fontes próprias do Estado com 36,33% ou R\$ 616 milhões.

Tabela 19
Demonstrativo da Despesa Empenhada em Investimentos por fonte R\$

FONTE	EMPENHADO	PART.
Recursos de Operações de Crédito	557.503.227,31	32,87
Recursos Federais	522.539.066,16	30,80
Recursos aplicado pelo Estado	616.207.092,28	36,33
TOTAL	1.696.249.385,75	100,00

Na tabela 20 gráfico 11, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2010 em relação a 2009, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,033 bilhões ou 20,85%, Saúde com R\$ 1,713 bilhão ou 17,57% e Educação com R\$ 1,483 bilhão ou 15,21% .



Tabela 20
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

R\$

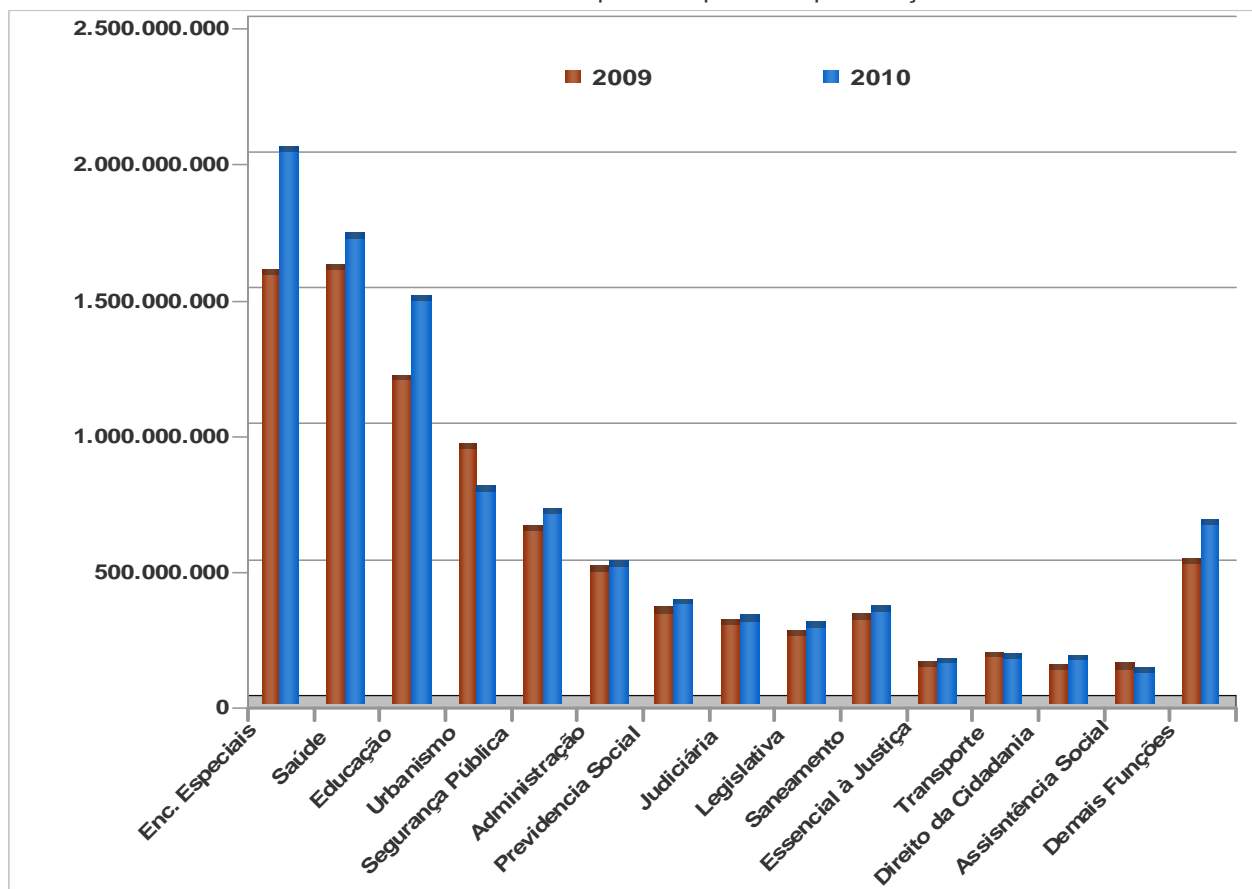
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	251.290.977,00	2,92	281.326.019,78	2,89	11,95
2	Judiciária	291.218.507,06	3,62	304.347.278,00	3,12	4,51
3	Essencial à Justiça	137.347.290,27	1,82	148.967.887,85	1,53	8,46
4	Administração	488.801.658,49	7,82	505.694.812,43	5,19	3,46
6	Segurança Pública	634.424.611,26	7,38	697.917.979,80	7,16	10,01
8	Assistência Social	128.507.206,06	1,17	114.890.253,97	1,18	(10,60)
9	Previdência Social	333.447.802,62	2,74	366.303.535,49	3,76	9,85
10	Saúde	1.595.288.864,82	19,45	1.713.110.557,87	17,57	7,39
11	Trabalho	9.823.165,93	0,14	10.920.636,38	0,11	11,17
12	Educação	1.190.951.151,74	15,70	1.482.759.006,29	15,21	24,50
13	Cultura	98.142.469,78	1,22	117.206.960,94	1,20	19,43
14	Direitos da Cidadania	123.860.562,71	1,45	159.065.574,26	1,63	28,42
15	Urbanismo	937.718.282,68	2,98	780.776.962,65	8,01	(16,74)
16	Habitação	53.276.865,87	1,97	117.609.481,71	1,21	120,75
17	Saneamento	311.017.690,77	1,58	339.573.023,74	3,48	9,18
18	Gestão Ambiental	37.123.835,18	0,62	48.730.744,29	0,50	31,27
19	Ciência e Tecnologia	42.166.374,42	0,62	47.907.514,99	0,49	13,62
20	Agricultura	104.300.713,49	1,07	125.814.259,22	1,29	20,63
21	Organização Agrária	18.508.900,41	0,22	36.640.651,81	0,38	97,96
23	Comércio e Serviços	24.062.695,12	0,19	28.834.398,02	0,30	19,83
24	Comunicações	73.566.470,51	0,87	61.856.114,28	0,63	(15,92)
25	Energia	1.842.665,65	0,00	622.410,00	0,01	(66,22)
26	Transporte	168.725.039,31	3,33	165.478.716,47	1,70	(1,92)
27	Desporto e Lazer	52.181.927,47	0,48	61.109.777,18	0,63	17,11
28	Encargos Especiais	1.579.374.335,63	20,63	2.033.222.088,35	20,85	28,74
TOTAL GERAL		8.686.970.064,25	100,00	9.750.686.645,77	100,00	12,24

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As maiores variações ante 2009 foram das funções Habitação com 120,75%, Organização Agrária com 97,96% e Gestão Ambiental com 31,27%.

Gráfico 11
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

R\$ Mil



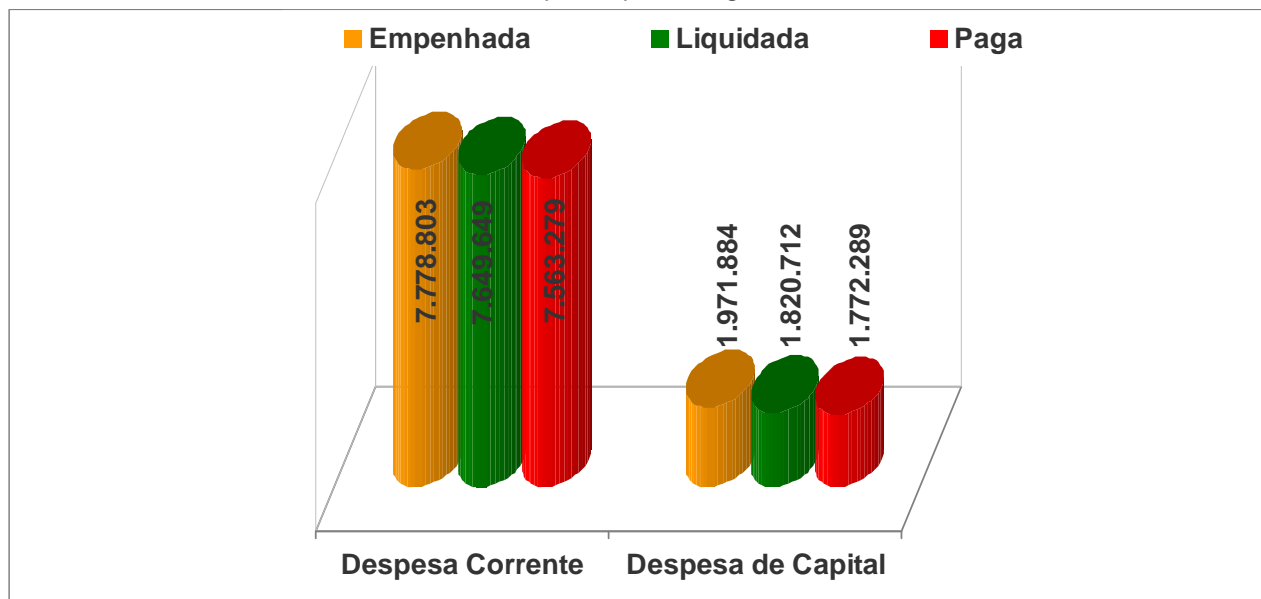
Nos Quadros 02 e 03, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2009 e 2010, com percentual de participação em cada item.

Nos quadros de 04 a 06, em anexo, demonstramos a evolução mensal da despesa empenhada, liquidada e paga, respectivamente, no exercício de 2010, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 12 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2010, classificada por categoria econômica.

Gráfico 12
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica

R\$ Mil



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2010, foi de R\$ 1,524 bilhão que, comparado ao exercício de 2009, houve um acréscimo de R\$ 318 milhões, com variação nominal positiva de 26,38% conforme demonstrado na tabela 21 gráfico 13.

Evidenciando a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,34%, tendo uma variação nominal positiva de 26,57% em relação a 2009, ou R\$ 292, milhões. Também merecem destaque as transferências referentes ao IPVA, com variação positiva de 24,14% ou R\$ 17 milhões.

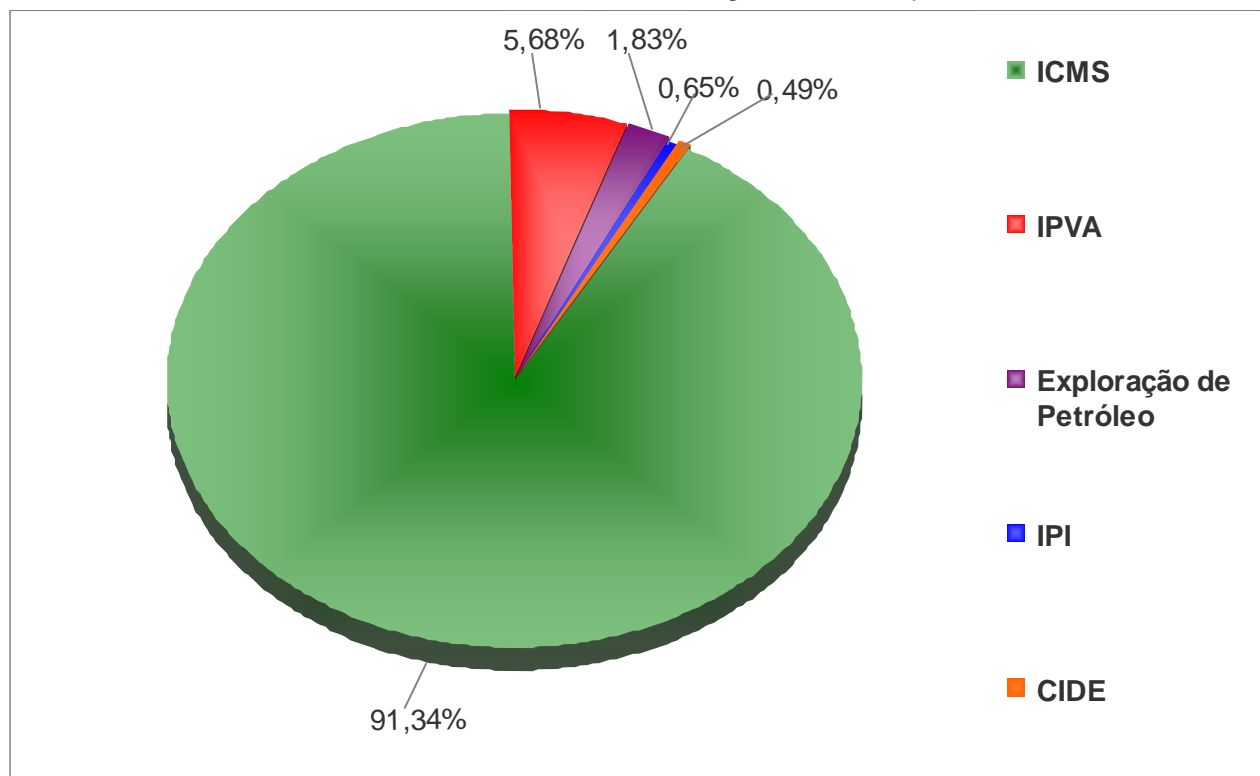
Tabela 21
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE	2009	2010	PART. %	VAR. %
ICMS	1.099.983.965,70	1.392.229.995,67	91,34	26,57
IPVA	69.624.711,20	86.433.503,91	5,68	24,14
Exploração de Petróleo	23.812.372,36	27.880.857,96	1,83	17,09
IPI	8.516.341,92	9.933.845,96	0,65	16,64
CIDE	3.981.691,61	7.517.207,92	0,49	88,79
TOTAL	1.205.919.082,79	1.523.995.411,42	100,00	26,38

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 13
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios - 2010



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2010, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 681 milhões que, comparado ao exercício de 2009, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 93 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 22 e gráfico 14.

Tabela 22
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

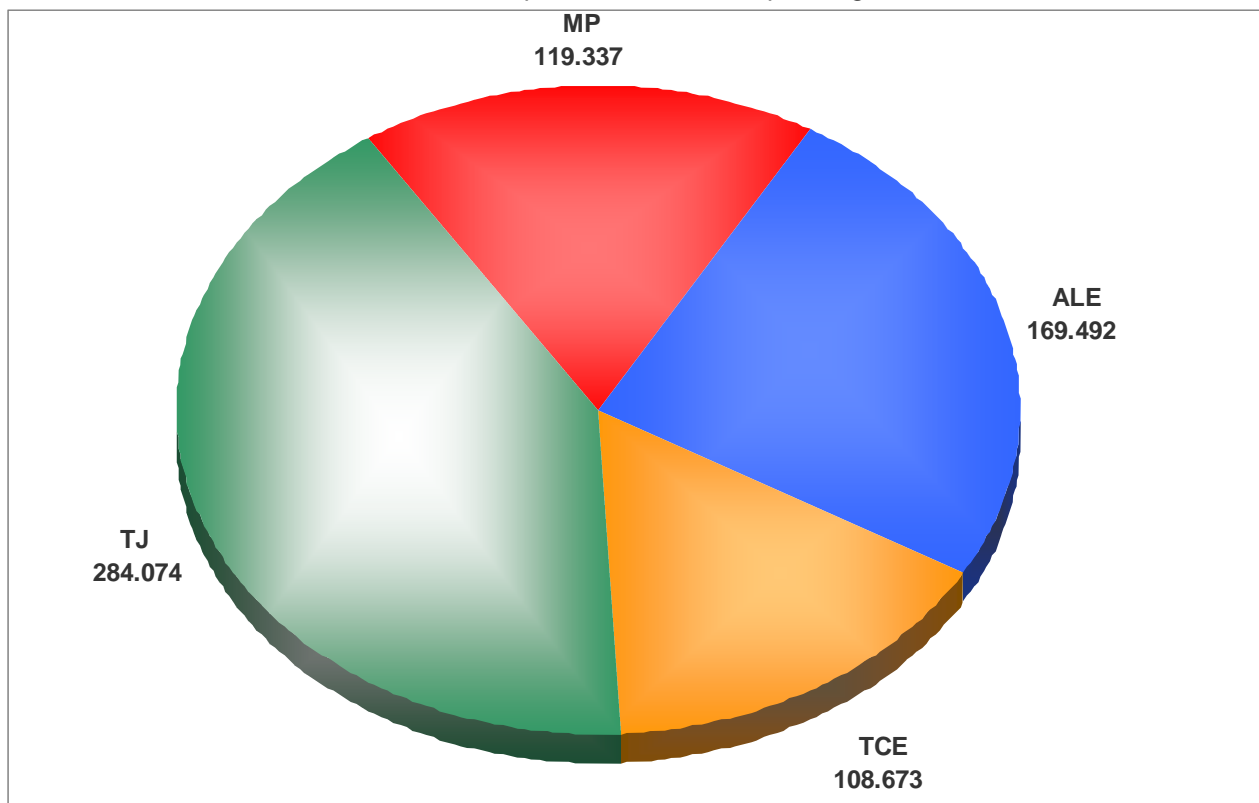
ORGÃO	2009	2010	R\$
Assembléia Legislativa	135.463.240,50	169.492.000,65	
Tribunal de Contas	95.460.291,14	108.673.185,00	
Tribunal de Justiça	244.641.836,76	284.073.565,22	
Ministério Público	112.523.693,91	119.337.405,00	
TOTAL	588.089.062,31	681.576.155,87	

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 14
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 23.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 59 milhões em 2010, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2009, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 408 milhões, conforme demonstrada no quadro 02, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 349 milhões.



Tabela 23
Comparativo do Balanço Orçamentário

TÍTULO	2009	2010	VAR %
1 Receita Prevista	8.016.719.000,00	8.297.166.000,00	3,50
2 Receita Arrecadada	8.464.160.316,76	9.691.149.318,76	14,50
3 SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO (2-1)	447.441.316,76	1.393.983.318,76	211,55
4 Despesa Autorizada	9.445.682.043,54	10.506.671.248,34	11,23
5 Despesa Empenhada	8.686.970.064,25	9.750.686.645,77	12,24
6 ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (4-5)	758.711.979,29	755.984.602,57	(0,36)
7 DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (2-5)	(222.809.747,49)	(59.537.327,01)	(73,28)
8 Despesa pelo Superávit Financeiro / 2009	531.536.865,34	408.191.861,06	(23,21)
9 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (7+8)	308.727.117,85	348.654.534,05	12,93

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 24, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que somados correspondem ao déficit orçamentário do exercício de 2010 que, novamente, se não considerarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2009, a qual não tem a receita correspondente no exercício de 2010, temos um superávit orçamentário de R\$ 349 milhões.

Tabela 24
Resultado da Execução Orçamentária

TÍTULO	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	10.066.126.581,66
2 Despesas Correntes	7.778.802.887,27
3 Deduções da Receita	1.134.330.090,72
4 RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE (1-2-3)	1.152.993.603,67
5 Receitas de Capital	759.352.827,82
6 Despesas de Capital	1.971.883.758,50
7 RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (5-6)	(1.212.530.930,68)
8 DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4 + 7)	(59.537.327,01)
9 Despesa pelo Superávit Financeiro / 2009	408.191.861,06
10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (8+9)	348.654.534,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 25, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2009 e 2010.

O resultado financeiro apurado em 2010 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências passivas) foi negativo em R\$ 42 milhões. Esse resultado já considera a utilização, neste exercício, de R\$ 408 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2009, se desconsiderarmos que não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 366 milhões.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Tabela 25
Demonstrativo do Balanço Financeiro

TÍTULO	2009	2010	R\$ Var. %
1 Receita Orçamentária	8.464.160.315,76	9.691.149.318,76	14,50
2 Receita Extra - Orçamentária	4.580.342.056,22	5.134.295.391,14	12,09
3 Interferências Ativas	16.290.483.171,34	18.252.833.856,10	12,05
4 Despesa Orçamentária	8.686.970.064,25	9.750.686.645,77	12,24
5 Despesa Extra - Orçamentária	4.629.553.347,60	5.114.276.843,89	10,47
6 Interferências Passivas	16.291.256.456,51	18.255.858.574,14	12,06
7 Saldo do Exercício Anterior	1.622.000.597,71	1.349.206.272,67	(16,82)
8 Saldo para o Exercício Seguinte	1.349.206.272,67	1.306.662.774,87	(3,15)
9 RESULTADO FINANCEIRO ((1+2+3) - (4+5+6))	(272.794.325,04)	(42.543.497,80)	(84,40)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 26 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2010, um acréscimo nominal de 8,05% ante 2009, ou R\$ 279 milhões.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação = R\$ 1,322 bilhão) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho = R\$ 607 milhões), que resultou em R\$ 715 milhões para o exercício.

O valor de R\$ 3,973 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2010, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros. Esse trabalho poderá ser feito por técnicos da administração do patrimônio do Estado ou por empresa especializada do ramo, com emissão de laudo técnico.

Tabela 26
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

TÍTULO	2009	2010	VAR. %
1 Ativo Financeiro	1.554.944.454,12	1.322.858.467,24	(14,93)
2 Realizável a Longo Prazo	1.788.362.507,39	1.901.477.610,32	6,33
3 Ativo Permanente	3.801.626.969,34	4.326.478.147,44	13,81
4 Ativo Compensado	20.448.441,38	18.588.457,48	(9,10)
5 TOTAL DO ATIVO	7.165.382.372,23	7.569.402.682,48	5,64
6 Passivo Financeiro	888.990.501,82	606.761.338,46	(31,75)
7 Exigível a Longo Prazo	2.783.881.829,81	3.192.430.316,59	14,68
8 Passivo Compensado	20.448.441,38	18.588.457,48	(9,10)
9 PASSIVO REAL	3.693.320.773,01	3.817.780.112,53	3,37
SALDO PATRIMONIAL (5-9)	3.472.061.599,22	3.751.622.569,95	8,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2010 um resultado patrimonial positivo de R\$ 279 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 3,752 bilhões, com variação nominal positiva ante 2009 de 8,05%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 27.

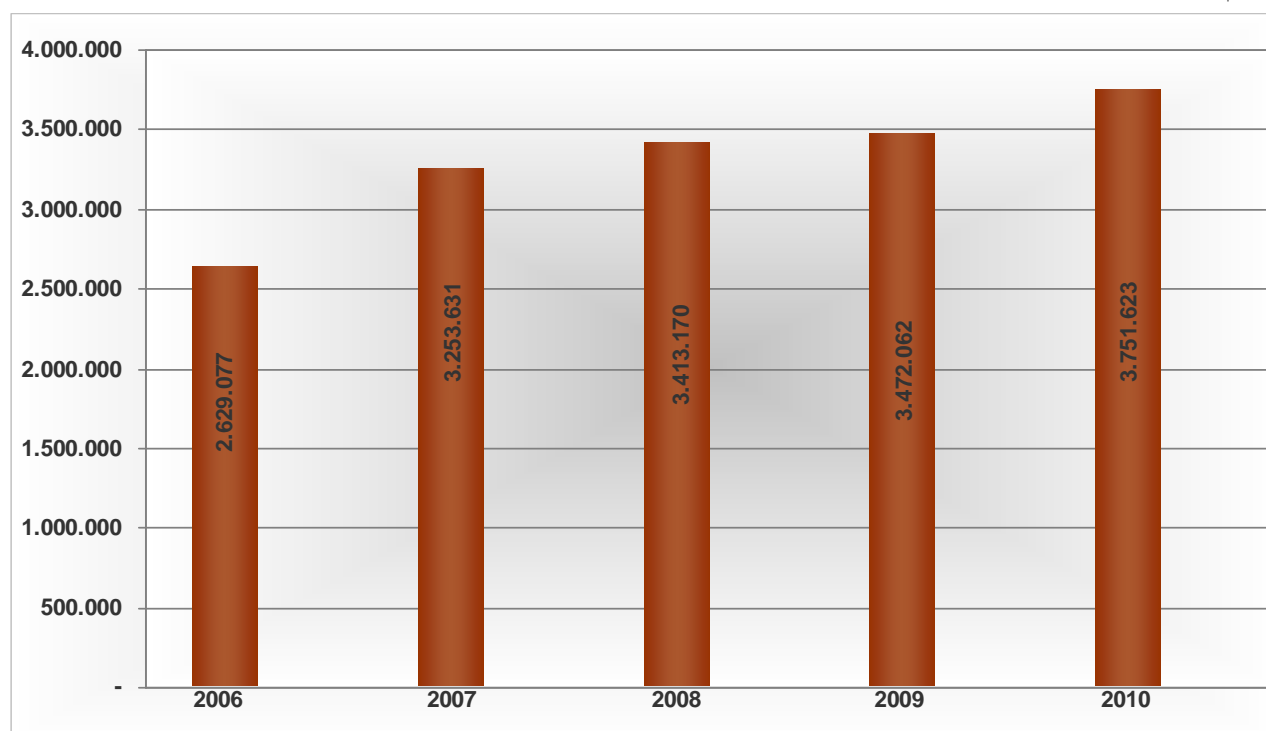
Tabela 27
Resultado / Saldo Patrimonial

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2006	565.474.187,89	2.629.076.858,94	7,62
2007	624.554.247,03	3.253.631.105,97	23,76
2008	159.539.216,72	3.413.170.322,69	4,90
2009	58.891.276,53	3.472.061.599,22	1,73
2010	279.560.970,73	3.751.622.569,95	8,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 15, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2006 a 2010, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2010 ante 2006 de 42,70 %, ou R\$ 1,1 bilhão.

Gráfico 15
Saldo Patrimonial – 2006 a 2010





4.4 Variações Patrimoniais

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 28.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2010, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 279 milhões.

Tabela 28
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2009	2010	VAR.%
1 VARIAÇÕES ATIVAS	27.048.837.169,28	29.594.055.844,86	9,41
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	8.464.160.315,76	9.691.149.318,76	14,50
1.2 Mutações Patrimoniais	520.441.397,06	606.597.653,40	16,55
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	18.064.235.456,46	19.296.308.872,70	6,82
2 VARIAÇÕES PASSIVAS	26.989.945.892,75	29.314.494.874,13	8,61
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	8.686.970.064,25	9.750.686.645,77	12,24
2.2 Mutações Patrimoniais	972.862.670,78	525.819.681,93	(45,95)
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	17.330.113.157,72	19.037.988.546,43	9,85
3 RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	58.891.276,53	279.560.970,73	374,71

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.5 Depreciação do Imobilizado

A depreciação foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08, seguindo os critérios da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A Depreciação foi aplicada inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para os Bens Móveis adquiridos e/ou incorporados em 2010, devendo continuar o processo de implementação nos demais órgãos, nos exercícios seguintes.



Foi utilizado o método Linear (valor do bem dividido pela sua vida útil), conforme demonstrado na tabela 29.

Tabela 29
Demonstrativo de Depreciação de Bens Móveis – Método Linear R\$

GRUPO DE BENS	VIDA ÚTIL (ano)	VALOR RESIDUAL (Alienação)	TAXA % ANUAL DEPRECIÇÃO	VALOR DEPRECIÇÃO ACUMULADA
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%	7	4,30
Aparelhos de Comunicação	10	20%	10	464,10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10	2.928,17
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%	10	9,88
Equip.de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	10	4.126,04
Equipamentos de Foto, Vídeo e Som.	10	10%	10	1.470,45
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%	20	367.865,45
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos.	10	10%	10	8.109,66
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	10	1.146,05
Mobiliário em Geral	10	10%	10	6.678,11
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório.	10	10%	10	56,85
Veículos de Tração Mecânica	15	10%	7	195,00
Outros Materiais Permanentes	5	10%	20	295,20
TOTAL				393.349,26

5 BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 07, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.



6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2010 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 78 Milhões, representando 5,56% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2009. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 6 milhões, sendo R\$ 4 milhões do principal, R\$ 2 milhões de multas e R\$ 529 mil de juros e correção, representando 0,46% do saldo do estoque da dívida existente em 2009. Foram recuperados R\$ 3 milhões em adjudicações, representando 0,25% do saldo da dívida de 2009. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 62 milhões, e representaram 4,41% do saldo de 2009. Esses ajustes, segundo o departamento de arrecadação da SEFAZ, são referentes à atualização monetária mais os saldos das alterações nos valores dos Certificados de Dívida Ativa – CDA.

Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 20 milhões, representando 1,46% do saldo da dívida de 2009. O saldo final do estoque da dívida em 2010, foi de R\$ 1,519 bilhão, com acréscimo nominal de 7,79% ante 2009, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 30.

Tabela 30
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA	VALOR	R\$ % s/ 2009
Saldo em 31/12/2009	1.409.352.658,89	
(+) Inscrições em 2010	78.368.037,92	5,56
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	62.102.932,61	4,41
(-) Valores Recebidos (Principal, Juros, Multas e Correção Monetária)	6.500.169,75	0,46
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	3.571.870,04	0,25
(-) Cancelamentos de CDA	20.560.063,74	1,46
Saldo em 31/12/2010	1.519.191.525,89	7,79

Fonte: Secretaria Executiva da Receita



6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 15,99% do total, aquelas são compostas por obrigações de longo prazo e representam 84,01% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Pró-Saneamento, Desenvolvimento Sustentável do Alto Solimões – Zona Franca Verde, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, construção da ponte Manaus/Iranduba.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2010, de R\$ 3,795 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 31.

Tabela 31
Demonstrativo da Dívida Pública

DÍVIDA	VALOR		PERCENTUAL %	
	2009	2010	PART.	VAR.
Fundada Interna	2.206.162.192,51	2.497.385.000,77	65,80	13,20
Fundada Externa	572.066.626,40	691.131.692,56	18,21	20,81
Flutuante	888.990.501,82	606.761.338,46	15,99	(31,75)
TOTAL	3.667.219.320,73	3.795.278.031,79	100,00	3,49

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A dívida fundada total de R\$ 3,188 bilhões representa 21,52% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2010 totalizou R\$ 14,815 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2010, houve um acréscimo nominal de 3,49% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2009. Esse fato é reflexo principalmente das novas operações de crédito recebidas em 2010 que totalizaram R\$ 515 milhões.



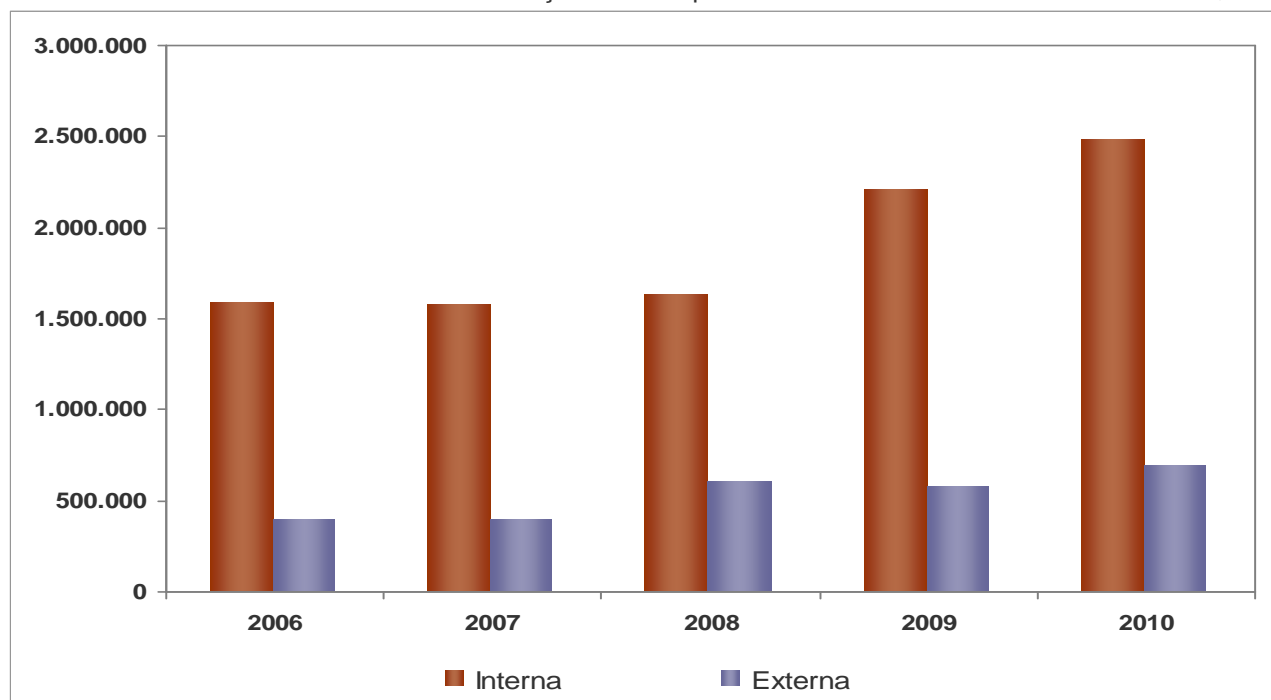
Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o valor nominal de 2010 se mantém relativamente estável face a RCL, pois o Estado apresenta uma relação ligeiramente menor da dívida versus receita corrente líquida de 2006, de 43,04% e 42,11% respectivamente.

Tabela 32
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2006	2007	2008	2009	2010
Interna	1.580.719	1.571.378	1.630.973	2.206.162	2.497.385
Externa	385.789	385.577	594.454	572.067	691.132
Total	1.966.508	1.956.955	2.225.427	2.778.229	3.188.517
RCL do Exercício	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732
Div. Fundada / RCL (%)	42,11	36,70	34,79	45,09	43,04

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 16
Evolução do Estoque da Dívida





7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2010, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 49,31% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 41,90%, ao Poder Legislativo 2,27%, ao Poder Judiciário 3,68% e ao Ministério Público 1,46%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 33.



Tabela 33
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo Civil	2.576.414	34,78
Pessoal Ativo Militar	285.570	3,86
(-) Decorrentes de decisão Judicial	14.373	0,19
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	11.376	0,15
(-) Indenizações por Demissão	290	0,00
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	268.085	3,62
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	3.104.030	41,90
PODER LEGISLATIVO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)	167.841	2,27
PODER JUDICIÁRIO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)	272.440	3,68
MINISTÉRIO PÚBLICO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (IV)	108.421	1,46
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	3.652.733	49,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	7.407.732	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	4.444.639	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	4.222.407	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores publicados, calculados por cada poder.

Demonstramos, na tabela 34 e gráfico 17, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2006 a 2010.

Tabela 34
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2006 a 2010

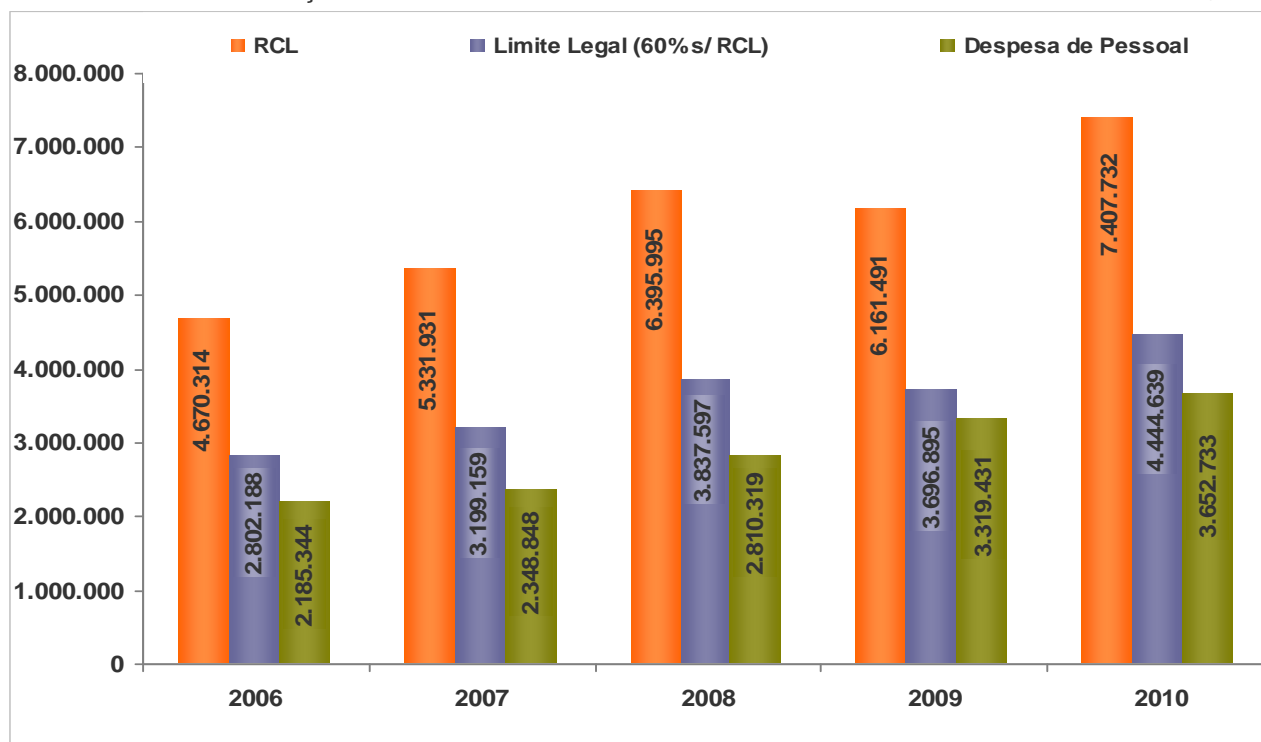
R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
RCL	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732
Despesa de Pessoal	2.185.344	2.348.848	2.810.319	3.319.431	3.652.733
Limite Legal (60% s/ RCL)	2.802.188	3.199.159	3.837.597	3.696.895	4.444.639
% Relação Pessoal/RCL	46,79	44,05	43,94	53,87	49,31

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 17
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2006 a 2010

R\$ Mil



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o *“Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”*.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2010, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,481 bilhão, correspondente a 25,05% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 3 milhões.



Tabela 35
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$

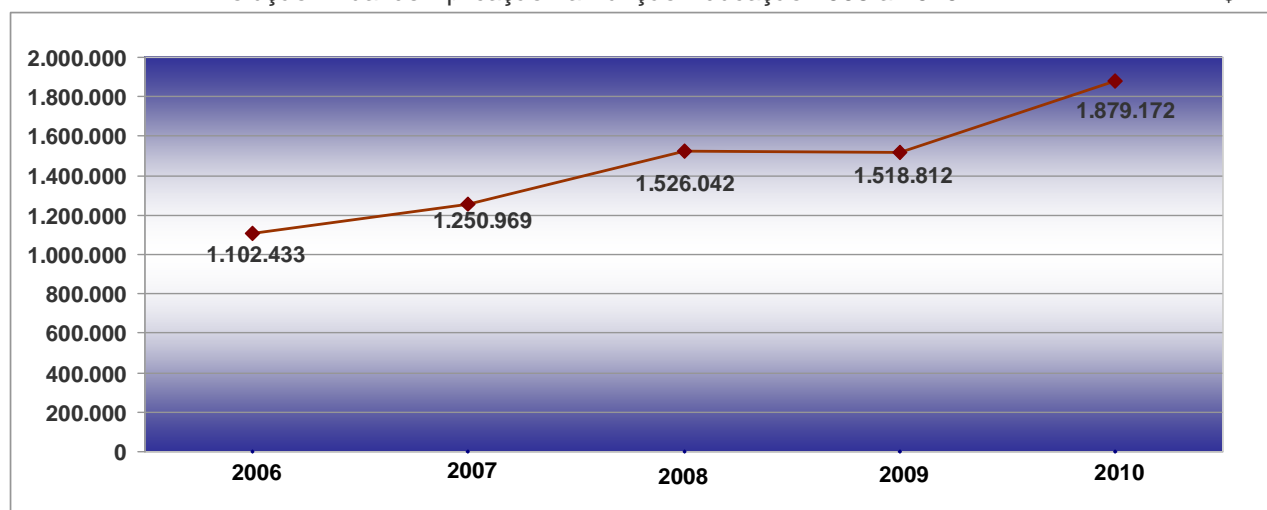
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		5.988.187.985,06
2. Transferência da União		1.415.658.172,08
3. Transferências Constitucionais e Legais		1.488.666.164,27
4. TOTAL (1+2-3)		5.915.179.992,87
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	1.478.794.998,22
6. VALOR APLICADO	25,05%	1.481.554.565,48
7. DIFERENÇA (6-5)	0,05%	2.759.567,26

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 1,483 bilhão, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 396 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 1,879 bilhão, ou seja, R\$ 398 milhões a mais do valor aplicado, demonstrado na tabela 35 acima.

Demonstramos, no gráfico 18, a evolução anual da aplicação na função educação, considerando o total da função, incluído a redistribuição dos municípios, no período de 2006 a 2010.

Gráfico 18
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2006 a 2010 R\$ Mil



Em 2010, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 396 milhões, ou seja, 34,95% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 36, por fonte.



Tabela 36
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

R\$

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	DIF./REP. %
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS	836.117.385,33	519.563.509,00	70,41	316.553.876,33	37,86
IPVA	16.545.059,84	16.128.640,55	2,19	416.419,29	2,52
ITCMD	527.191,46	244.228,77	0,03	282.962,69	53,67
ITR	0,00	75.787,78	0,01	(75.787,78)	-
FPE	272.232.097,61	126.461.038,39	17,14	145.771.059,22	53,55
FPM	0,00	69.926.534,80	9,48	(69.926.534,80)	-
IPI	5.960.307,48	3.691.686,39	0,50	2.268.621,09	38,06
Lei Kandir	2.948.049,00	1.825.956,36	0,25	1.122.092,64	38,06
TOTAL	1.134.330.090,72	737.917.382,04	100,00	396.412.708,68	34,95

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2010, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,279 bilhão, ou 21,62%, excedendo em R\$ 569 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 37.

Tabela 37
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal)

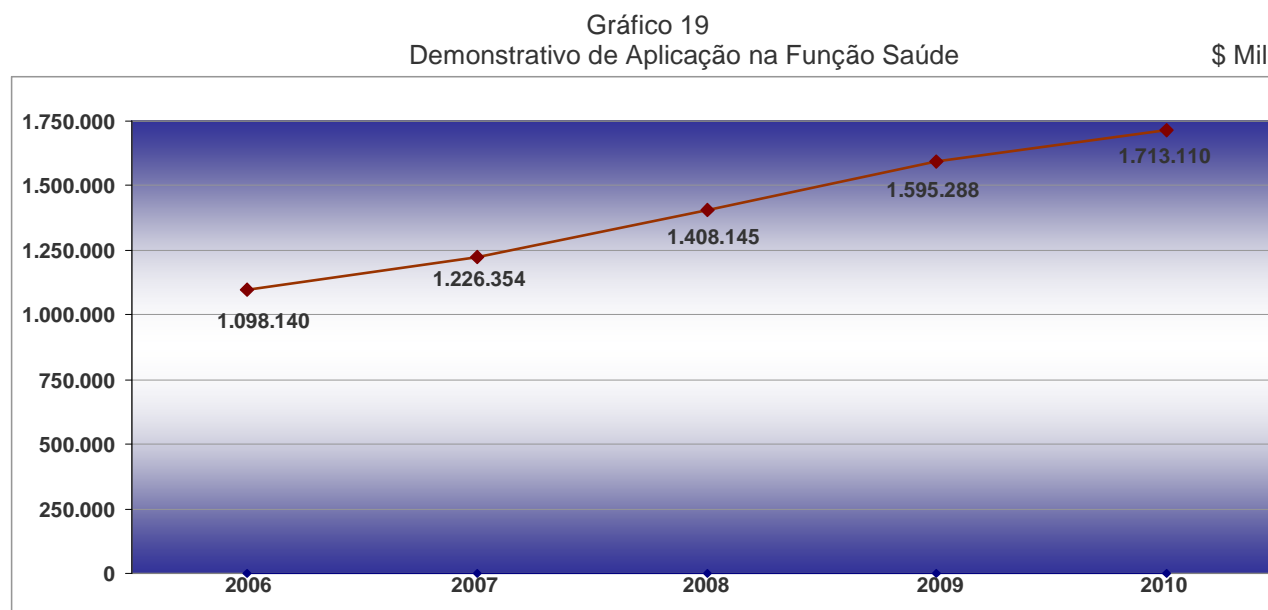
R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS	
1. Receitas de Impostos	5.988.187.985,06
2. Transferências da União	1.415.636.118,05
3. Transferências Constitucionais e Legais	1.488.666.164,27
4. Total (1+2-3)	5.915.157.938,84
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	709.818.952,66
	12,00%
6. TOTAL APLICADO	1.278.969.213,78
	21,62%
7. DIFERENÇA (6-5)	569.150.261,12
	9,62%

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2010, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,713 bilhão, ou R\$ 434 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 19 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2006 a 2010.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2010. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa que são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade, o que resultou na publicidade através do Portal da Transparência do Governo.



Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo deste exercício.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 29 de março de 2011.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC Nº 07984/AM